



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

DECISÃO MONOCRÁTICA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 0000099-54.2015.815.0000

RELATORA: Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

SUSCITANTE: Juízo de Direito da 14ª Vara Cível da Comarca da Capital

SUSCITADO: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Cabedelo

AUTOR: Clio Robispierre Camargo Luconi

ADVOGADO: Wilson Roberto Furtado

01 RÉU: Operadora de Viagens CVC

02 RÉU: Estações Turismo e Intercâmbio

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DECORRENTE DE ATO ILÍCITO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REGRA DE COMPETÊNCIA RELATIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 33/STJ. CONFLITO CONHECIDO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO SUSCITADO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de que o art. 100, parágrafo único, do Código de Processo Civil traduz regra de competência relativa (CC nº 136.659-MG, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 06.03.2015), razão pela qual incide o disposto na Súmula 33/STJ, que obsta que o Juízo, *ex officio*, declare-se incompetente.

2. Conflito conhecido, para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Cabedelo/PB.

Vistos, etc.

CLIO ROBISPIERRE CAMARGO LUCONI ajuizou Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais contra OPERADORA DE VIAGENS CVC E OUTRA.

O Juízo da 2ª Vara da Comarca de Cabedelo/PB declinou da competência, sob o argumento de que, "tratando-se de ilícito civil, a norma a ser aplicada quanto à competência do juízo é a disposta no art. 100, parágrafo único, do CPC" (f. 28), razão por que os autos deveriam ser remetidos à Comarca da Capital, já que a OPERADORA DE VIAGENS CVC, que causou os maiores danos, aqui tem sede.

O Juízo da 14ª Vara Cível da Capital, também, declarou-se incompetente, invocando, para tanto, o disposto no verbete sumular n. 33/STJ, segundo o qual "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (f. 04).

Parecer ministerial pela improcedência do conflito, para que seja declarada a competência da 14ª Vara Cível da Comarca da Capital-PB.

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de que o art. 100, parágrafo único, do Código de Processo Civil traduz regra de competência relativa, consoante deixa claro trecho da decisão monocrática lançada no CC nº 136.659-MG, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 06.03.2015, *in verbis*:

"É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, o autor, vítima do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículo, tem a faculdade de ajuizar a ação indenizatória no foro do seu próprio domicílio ou do local do fato (art. 100, parágrafo único, do CPC) ou, ainda, no foro domicílio do réu (regra geral contida no art. 94 do CPC). O disposto no parágrafo único, do art. 100, do Código de Processo Civil é uma prerrogativa concedida ao autor, considerando-se a sua suposta hipossuficiência.

Nesse contexto, se o autor opta por uma das situações que a lei processual prevê em seu benefício, não pode a competência ser modificada.

Segundo o posicionamento doutrinário, "uma vez feita a opção pelo autor, não é dado ao réu nem ao juiz a ela se oporem, não cabendo

ao último, de ofício, recusar a sua competência." (Nery Júnior, Nelson. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo, 2004. Ed. Revista dos Tribunais, 8ª ed. p. 566).

A propósito colhem os seguintes precedentes:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT.

1. Constitui faculdade do autor escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do CPC); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do CPC). Precedentes.

2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo suscitado. (CC 114844/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/04/2011, DJe 03/05/2011)

DPVAT. COBRANÇA. COMPETÊNCIA RELATIVA. SÚMULA 33/STJ.

1 - Na ação por danos decorrentes de acidente de trânsito, o autor tem a faculdade de propor a ação no foro do seu próprio domicílio (regra geral do art. 94 do CPC), no foro do local do acidente ou, ainda, no foro do domicílio do réu (art. 100, parágrafo único do CPC). Se pode o autor optar em propor a demanda no foro que lhe é mais conveniente, a competência é relativa, não podendo ser declinada de ofício, conforme a súmula 33/STJ.

2 - Conflito conhecido para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE MURIAÉ - MG, suscitado. (CC 106676/RJ, Rel. MIN. FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2009, DJe 05/11/2009)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO ALVEJADO QUE, DE OFÍCIO, DECLINA DA COMPETÊNCIA PARA COMARCA DIVERSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 33/STJ. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. COMPETÊNCIA DO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, E ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA ANULAR O ACÓRDÃO RECORRIDO.

1. O foro competente para o ajuizamento da ação não é definido ao nuto do julgador, mas sim em conformidade com as regras de fixação e prorrogação de competência entabuladas na Lei Instrumental.

2. "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula 33/STJ).

3. A demanda objetivando o recebimento do seguro DPVAT é de natureza pessoal, implicando a competência do foro do domicílio do réu. Além disso, a regra contida no art. 100 do CPC é mera faculdade que visa a facilitar o acesso à Justiça.

4. Recurso especial provido. (REsp 1.059.330/RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 15/12/2008)”.

À luz do exposto, tratando-se de competência relativa, não pode o Juízo, *ex officio*, declinar da competência, consoante deixa claro a Súmula 33/STJ, cuja redação estabelece que "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula 33/STJ).

Dessa forma, **conheço do presente conflito negativo**, a fim de declarar como competente para julgar o feito o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Cabedelo/PB, o que faço com base no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Intimações necessárias.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, 16 de março de 2015.

Desª MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA
Relatora